



PRIMEIRO
MINISTRO

**ALOCUÇÃO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
E MINISTRO DA DEFESA E SEGURANÇA
KAY RALA XANANA GUSMÃO POR OCASIÃO DO DIÁLOGO
INTERNACIONAL DE DEFESA DE JACARTA 2014**

**“CONSTRUINDO A COLABORAÇÃO MARÍTIMA PARA A SEGURANÇA
E ESTABILIDADE”**

**19 de Março de 2014
Jacarta, Indonésia**

Sua Excelência,
Vice-Presidente da República da Indonésia
Dr. Boediono

Sua Excelência,
Sr. Purnomo Yusgiantoro
Ministro da Defesa da Indonésia

Excelências,
Ministros da Defesa

Distintos Participantes

Senhoras e Senhores,

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Governo da Indonésia e aos seus organizadores, o convite que, mais uma vez, me foi endereçado para participar nesta prestigiosa Conferência.

Este poderia ser um momento especial para a JIDD: se presente, seria a última vez que teríamos, neste fórum, o Dr. Susilo Bambang Yudhoyono, como Presidente da República da Indonésia.

Mesmo sem a sua presença, permitam-me que preste a minha sincera homenagem ao Líder, que tem sido o grande promotor deste importante fórum de debate sobre assuntos militares, da região e do mundo.

Sob a liderança do Dr. Susilo Bambang Yudhoyono, a Indonésia tem desempenhado um importante papel na promoção de debates sobre os princípios universais, sobre os valores da Humanidade e sobre os desafios de desenvolvimento que os países enfrentam.

O Dr. Susilo Bambang Yudhoyono tem-se revelado um Homem de enorme sentido de tolerância, uma Pessoa de grande tacto diplomático, um Indonésio de alto calibre e um Líder com elevado sentido de Estado e de carácter forte.

Todos nós continuaremos a contar com a grande visão de estadista que o Dr. Susilo Bambang Yudhoyono tem demonstrado, como um exemplo de novas, positivas e contínuas abordagens, desde conceptuais à formulação de cooperação e reforço das relações.

Senhoras e Senhores,

No JIDD, o que cada um de nós se esforça por visualizar, através das discussões que se produzem, é uma percepção mais ampla dos desafios que o mundo de hoje enfrenta e, particularmente, os desafios que, na nossa região, pedem ou merecem uma atenção especial.

Este ano, o tema é ‘Segurança Marítima’ que é, com certeza, um tema importante e, ao mesmo tempo, delicado.

Tenho que elogiar o verdadeiro espírito de cooperação, com o envolvimento de 26 países, numa operação de busca sofisticada, tendo em vista o sofrimento daqueles que estão preocupados com o destino dos seus entes queridos. Em nome do povo timorense, quero expressar a nossa solidariedade para com o Governo da Malásia e a nossa profunda compaixão com todos os familiares neste momento difícil.

Por outro lado, pelo que temos podido acompanhar sobre tudo o que se passa na nossa região, todos estamos naturalmente preocupadíssimos com a evolução do mar do sul da China.

Quando falamos de ‘marítima’, estamos a falar do vasto oceano e do mar junto às nossas costas, e quando dizemos ‘segurança e estabilidade’ estamos a abordar fronteiras comuns, estamos a falar de ameaças comuns, numa previsão de desafios comuns.

E quando falamos desses problemas todos (fronteiras, ameaças e desafios), todos assumimos que a base que nos governa é o direito internacional, sem o qual as relações entre Estados e Governos não poderão ser conduzidas dentro do quadro de regras estabelecidas e aceites por todos, regras que têm por objectivo principal moldar os nossos comportamentos políticos de cooperação.

Sem estabelecermos esta moldura de princípios, a que todos nos vergamos, o que quer dizer, todos nos comprometemos a fazer valer, falarmos de ‘segurança marítima’ dá a entender que estamos a falar de questões muito vagas de política geral, quando este tema ou este assunto toca directamente aos interesses individuais de cada país, sobretudo dos que, de uma forma ou de outra, pensam ou sentem que enfrentam desafios nesse sector.

Porque todos podemos reparar que, em muitos casos que dividem os países, há uma prática de ‘double standards’, normalmente utilizado pelos que têm mais recursos para a propaganda, para a alienação e para a defesa de interesses que ultrapassam os seus limites e violam os interesses de outros.

A demagogia, na maioria das vezes, encobre o que normalmente atenta contra os princípios que todos, em princípio, nos comprometemos a assumir.

Porque se não, e saindo um bocado da área da 'segurança marítima', nós ficamos confusos quando não conseguimos encontrar as causas de muitos problemas no mundo.

Senhoras e Senhores,

Em 2000, quando estávamos no difícil processo de erguer das cinzas um novo Estado, o que nós ouvíamos e nunca nos cansávamos de repetir a nós mesmos, era, na relação com as ajudas que estávamos desesperadamente a pedir, a retórica do 'everything but weapons'.

Hoje, quando vemos confrontos armados em tantos países, a pergunta que nos surge é: 'de onde terão vindo as armas?', 'quem ou que país está a beneficiar com a venda dessas armas?'

As grandes potências estão preocupadas com armas químicas ou armas nucleares, e mostram-se atarefadas a emitir ameaças de sanções, mas parece que todos perdemos a noção exacta de que as pessoas, em muitas partes do mundo, se matam diariamente. Todos ficamos como que excitados quando há já milhões de refugiados à espera de apelos das organizações internacionais de biliões de dólares de apoio humanitário.

Ainda não ouvi, e se estou errado perdoem-me a grosseira ignorância, de que tenha havido já um debate sério sobre a questão da origem do fornecimento de armas às várias facções, em vários países, para andarem aos tiros e condenarem as suas populações ao sofrimento.

Produzem-se missões especiais para ver questões de direitos humanos, para avaliar a violência doméstica em todo o mundo e qualificar os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento nestas matérias. Criam-se tribunais especiais, custosos, sobre genocídios. Curiosamente, ninguém é capaz de identificar a origem das armas usadas para conduzir massacres em massa de civis.

Acredito que muitos de nós aqui presentes estão intrigados com a situação que se arrasta, em vários locais pelo mundo fora, tornando mais difícil alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Senhoras e Senhores,

Voltando ao assunto da 'construção de colaboração marítima para a segurança e estabilidade', como eu disse antes, só uma base sólida, de respeito pelo direito internacional, pode conduzir as relações de cooperação, entre vizinhos e num contexto regional.

A não ser assim, as desconfianças provocarão sempre fricções, misturadas com comunicados de aviso e contra-comunicados de preparativos para eventuais

confrontos. Esta situação causa apreensões em todos quantos não têm muito ou mesmo nada com os problemas, pela previsão de possíveis impactos políticos, sociais e económicos, que perturbariam sempre os Estados, quanto mais quando esses países enfrentam muitas dificuldades no seu processo de desenvolvimento.

A segurança marítima é compreendida, hoje em dia, nas actividades de grande e pequena escala.

Entendemos que uma tendência na nossa região é proteger o interesse marítimo comercial, no seio de crescentes tensões regionais e, de acordo com analistas de defesa, a vigilância marítima é a necessidade mais premente no Leste e Sudeste da Ásia.

Na nossa região, a segurança marítima teria um sentido mais dissuasor, se queremos colocar desta forma a questão e Timor-Leste tem estado a beneficiar da disponibilidade de países, como os Estados Unidos da América, para exercícios como o CARAT, mesmo que, na verdade, ainda estejamos longe de poder participar com uma mínima capacidade.

Senhoras e Senhores,

Timor-Leste é um país-ilha (melhor dito, uma meia-ilha país), o que reflecte a importância que o mar tem sobretudo quando se fala de estratégia de segurança do país.

Timor-Leste perde mais de meia centena de milhões de dólares, por ano, em pesca ilegal. O meu governo também se preocupa com a segurança das suas futuras plataformas de exploração petrolífera. E é, nesse sentido, que Timor-Leste vai querer reforçar a componente marítima para não só pôr cobro às actividades piscatórias ilegais como ainda proteger os seus interesses e os investimentos que ali foram realizados.

O reforço da polícia marítima e da componente naval, com meios adequados, trará naturalmente uma certeza e confiança quanto à 'segurança marítima', em termos do país.

Timor-Leste, com apenas doze anos de Estado independente, está a tentar priorizar as suas necessidades, desde a qualificação dos seus recursos humanos à construção das infraestruturas necessárias para esse efeito.

É assim óbvio que um adequado dispositivo, nas nossas zonas económicas exclusivas, permitirão um combate eficaz também ao possível tráfico de armas e de drogas como ainda ao comércio ilegal.

Timor-Leste está no processo da sua adesão à ASEAN. Pequeno como o meu país é, não alimentamos desnecessárias ilusões de vir a contribuir grandemente para a

segurança marítima da região. Contudo, sabemos reconhecer a necessidade de cooperação activa com todos os que estão próximos das nossas fronteiras marítimas.

E, neste caso, devo dizer que estão em progresso os contactos feitos com a Indonésia, quanto às ilhas próximas, e com Austrália, quanto ao Northern Territory, para a elaboração de um plano integrado de desenvolvimento.

Felizmente, tudo indica que existe enorme boa vontade de todas as partes, motivadas com a perspectiva de uma cooperação mais ampla, que trará benefícios reais a todas as populações. Acreditamos sinceramente que um acordo trilateral deste género contemplará todo o potencial de desenvolvimento económico, impulsionando as melhores relações entre as pessoas, no objectivo comum de todos vivermos felizes neste planeta.

E, como não poderá deixar de ser, a segurança marítima do espaço a que poderíamos chamar de uma sub-região económica e sociocultural, vai ter um papel de muita relevância.

Mas, para que esta cooperação se realize de forma honesta e séria, é absolutamente necessário que se defina com clareza e, portanto, sem subterfúgios de qualquer espécie, as fronteiras marítimas entre os países, à luz do direito internacional.

É realmente ofensivo que países, ou porque são grandes ou porque são ricos ou porque são bem armados, aparecem sempre como os que mais praticam injustiça em relação aos vizinhos, sobretudo quando estes são pequenos e pobres.

O direito internacional é sempre invocado, quando se trata de pronunciamentos feitos com relação a outros países. O direito internacional, contudo, é simplesmente relegado para planos secundários, quando se trata de assegurar grandes benefícios económicos, em detrimento do princípio da justeza de políticas, em detrimento dos valores universais de igualdade de direitos e obrigações, entre povos e nações.

Como País novo, no processo de consolidação das instituições do Estado e onde e quando ainda a maioria da população padece de falta de mínimas condições de vida saudável, só desejamos chamar a atenção para que se faça a verdadeira justiça no mundo e, sobretudo, neste novo milénio.

Só em Setembro de 2002 nos tornámos membro pleno da Organização das Nações Unidas, enquanto muitos países subscreveram a Carta das Nações Unidas desde que a organização se estabeleceu e desfrutaram, por diversas vezes, de posições de relevo como por exemplo no Conselho de Segurança.

De certa forma, ficamos confusos e aturdidos a pensar como é que o direito internacional poderá prevalecer se os que não respeitam o direito internacional seriam os que decisivamente iriam tomar decisões nesses importantes órgãos mundiais. Os intrincados motivos da 'guerra fria' tornaram-se, hoje em dia, numa cultura sofisticada

de manipulação e de fraude, com o objectivo de alienar os incautos e os desprevenidos.

Declaro, de uma vez para sempre, que estamos e estaremos empenhados em defender a verdade, com o mesmo espírito de antes, quando muitos acreditavam que o caso de Timor-Leste era já um caso perdido. Defenderemos com a mesma fé e determinação os nossos direitos, no espírito de contribuir para que haja justiça entre as nações e entendimento entre os povos.

E acreditamos que a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar deve desempenhar um papel eficaz na resolução das diferenças.

Senhoras e Senhores,

Para um país pequeno como o meu, falarmos de ‘segurança marítima’, seja em termos de exercícios conjuntos seja em termos de partilha de informações, nunca resolve e até poderá obstaculizar definitivamente a questão fundamental de delimitação das fronteiras marítimas.

É fundamental para nós, ainda mais quando os vizinhos pretendem comprar drones para garantir os seus recursos oceânicos e para proteger as suas fronteiras.

Acreditamos sinceramente no refrão ‘mudam-se os tempos, mudam-se as vontades’. O espírito do novo milénio deve proporcionar aos líderes do mundo um maior sentido de responsabilidade para com a humanidade.

O ambiente internacional mais aberto ao conhecimento, por parte de todos os países, grandes e pequenos, fortes ou fracos, sobre os seus direitos e deveres, permite-nos alimentar esperanças de que os responsáveis deste mundo globalizado estão imbuídos do propósito de correcção das políticas erradas.

Gostaria de citar o ex-Secretário de Estado dos EUA para a Defesa, Robert Gates, que, de numa forma honesta de colocar as coisas em relação a uma questão diferente, reconheceu “a falta de humildade para reconhecer que não havia previsão para as consequências negativas”, resultantes de decisões tomadas apenas para exibir arrogância e poder.

A globalização amarra os países pequenos e torna-os reféns das suas próprias fraquezas de competir no Mercado global. Mas a globalização também, por sua vez, oferece oportunidades valiosas, quando devidamente tidas em conta, para os pequenos países denunciarem a falta de boa-fé dos grandes, a falta de honestidade dos fortes e a política de manipulação dos ricos.

A globalização, e a sua sofisticada tecnologia, é afinal uma espada de dois gumes.

Que a 'segurança marítima' não seja um canhão de dois canos. O esforço de combate a crimes transnacionais não dê margem a que outros interesses, sobretudo de dominância económica, ensombrem as relações entre países e a cooperação que se deseja entre nações.

Excelência,

Vice-Presidente da República da Indonésia
Dr. Boediono,

Depois de um passado muito difícil, a Indonésia e Timor-Leste vieram a abraçar, quase ao mesmo tempo, o caminho do processo democrático.

Elogiamos a transição suave e pacífica para a democracia, em 1997-1998, que permitiu à Indonésia apreciar, mais uma vez, uma outra 'pesta demokrasi'.

Desejamos tudo de melhor para esta grande nação e ao povo da Indonésia e expressamos a nossa amizade a todos os partidos políticos e o nosso respeito pelos seus líderes.

Obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão

19 de Março de 2014